

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO PRIMEIRO GOVERNO DE VARGAS (1930-1945)

André Carraro¹
Pedro Cezar Dutra Fonseca²

Resumo:

A atuação do 1º Governo Vargas (1930-1945) como impulsionador do desenvolvimento econômico no Brasil tem propiciado vários dos pontos mais polêmicos na análise deste período da formação econômica do Brasil. De um lado, a posição defendida por Villela & Suzigan (1973) e Peláez (1971) apresenta a política do governo federal como sendo basicamente de reprodução dos postulados econômicos que dão ênfase à austeridade nas contas públicas, indicando a existência de um certo continuísmo na prática do 1º governo Vargas em relação à ortodoxia monetária e cambial da República Velha. Por outro, a clássica interpretação de Furtado (1977) enfatiza a utilização das políticas monetária e cambial como principais instrumentos adotados pelo governo para a enfrentar a crise, sendo o desenvolvimento industrial apenas um “subproduto” destas políticas. Este trabalho levanta uma terceira hipótese, segundo a qual o desenvolvimento industrial foi consciente e, embasado na visão schumpeteriana de desenvolvimento econômico, defende que a atuação do governo Vargas, ao propor uma nova forma na circulação da renda, é um exemplo claro de desenvolvimento econômico baseado no processo de destruição criadora de Schumpeter.

1. Introdução

A atuação do 1º governo Vargas (1930-1945) como impulsionador do desenvolvimento econômico tem propiciado vários pontos polêmicos na análise deste período da formação econômica do Brasil. De um lado, existe a posição defendida por Peláez (1972) e Villela & Suzigan (1973), que apresentam a política do governo federal como sendo basicamente assentada nos postulados econômicos voltados à austeridade nas contas públicas e ao controle da emissão de moeda, bem como na condução de uma política cambial favorável ao setor exportador de produtos agrícolas. Assim, para Peláez (1972), a política econômica na década de 1930 poderia ser caracterizada por sua

¹ Doutorando em Economia/UFRGS e Professor do Departamento de Economia da Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC.

² Professor Titular do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS.

continuidade com a praticada na República Velha, sendo o desenvolvimento industrial uma consequência das políticas ortodoxas mantidas no primeiro governo de Vargas. Nesta mesma linha, Villela & Suzigan (1973) também destacam o caráter de continuidade deste período. Em uma análise das políticas econômicas implantadas no período de 1889 e 1945, estes autores concluíram que as mesmas sempre foram pautadas “por uma linha tradicional: equilíbrio orçamentário, estabilidade monetária e valorização cambial” (Villela & Suzigan, 1973, p.55).

Por outro, Furtado (1977) apresenta uma argumentação diferente para retratar este primeiro período do governo Vargas. Sua clássica análise em *Formação Econômica do Brasil*, principalmente nos capítulos 30 a 33, parte da política cambial, com a desvalorização do mil-réis, como instrumento utilizado para enfrentar a crise do setor exportador e o estrangulamento externo, mas que, ao mesmo tempo, encarecia as importações, criando indiretamente e inconscientemente uma política protecionista a favor da indústria nacional. Além disso, a crise reduzia a arrecadação de impostos, forçando o governo a utilizar uma política monetária expansionista como forma de manutenção dos gastos públicos de sustentação do preço do café. Ora, a associação de uma política cambial favorável à indústria nacional (importação cara) com a política monetária (juros baixos) e fiscal (demanda estável) acabou favorecendo o crescimento de um setor industrial nacional. Este, portanto, foi verdadeiro subproduto da política econômica de defesa das exportações, já que seu objetivo principal era o equilíbrio orçamentário e o balanço de pagamentos. Por conseguinte, Furtado afirma a importância do processo de industrialização, mas nega a sua intencionalidade. Em suas palavras: “a recuperação da economia brasileira, que se manifesta a partir de 1933, não se deve a nenhum fator externo e sim à política de fomento seguida *inconscientemente* no país e que era *subproduto* da defesa dos interesses cafeeiros” (Furtado, 1977, p. 193 – grifos nossos).

Este artigo não tem por objetivo reconstituir esses debates, já amplamente conhecidos, mas contribuir para a interpretação segundo a qual o governo Vargas, em seu primeiro período, teria se voltado conscientemente para a construção da indústria no Brasil. Neste sentido, foi inovador ao criar as condições necessárias para que um novo projeto de desenvolvimento encontrasse no Brasil o ambiente básico para sua reprodução

e, de certa forma, revolucionário, ao propor não pequenas adaptações da economia brasileira às condições econômicas internacionais da época, mas grandes mudanças (principalmente institucionais) com poder de alterar a antiga forma de gerir a economia e direcionar investimentos, em favor de novo e dinâmico sistema.

Por conseguinte, este artigo tem por objetivo analisar o governo Vargas sob a visão schumpeteriana de desenvolvimento econômico, defendendo a hipótese de que a atuação do governo, ao propor uma nova forma na circulação da renda, é um exemplo claro de desenvolvimento econômico baseado no processo de destruição criadora de Schumpeter. Para alcançar este objetivo, nas próximas seções, apresentar-se-á sinteticamente a teoria schumpeteriana de desenvolvimento econômico dividida em duas fases distintas: o Schumpeter de formação neoclássica, baseado no fluxo circular da renda e, o “velho” Schumpeter do mundo não concorrencial. Em seguida, mostra-se que o governo de Vargas pode ser visto como um governo responsável pelo rompimento com o fluxo circular da renda e, portanto, com a economia concorrencial, para implantar (ou pelo menos, construir as bases necessárias) o novo e dinâmico mundo dos complexos industriais, da interdependência tecnológica e da competição.

2. A Evolução do Pensamento Schumpeteriano

Joseph A. Schumpeter (1883-1950) tornou-se pioneiro na análise do desenvolvimento do progresso técnico e de seus efeitos na economia, contribuindo de forma significativa para a melhor compreensão do desenvolvimento econômico e de sua evolução ao longo do tempo.

A teoria schumpeteriana do desenvolvimento econômico não está totalmente desenvolvida em seu primeiro livro, “A Teoria do desenvolvimento Capitalista”³, de 1912. Foi amadurecendo durante trinta anos, até a publicação de “Capitalismo, Socialismo e Democracia”, em 1942, que Schumpeter desenvolveu de forma clara a idéia de um sistema econômico cuja principal característica de evolução residia no incessante processo de inovação. Durante este processo de amadurecimento intelectual,

³ Este livro foi originalmente publicado em 1911, quando Schumpeter tinha 28 anos. No prefácio da edição em inglês de 1934, Schumpeter menciona o fato de suas idéias terem surgido por volta de 1907, e de terem sido totalmente desenvolvidas até o ano de 1909 (Lima, 1996, p.180).

Schumpeter passou de sua fase neoclássica para outra, chamada por alguns de “evolucionista”, na qual o desenvolvimento explicitamente é tido como endógeno, algo que nenhuma concepção teórica ainda concebera de forma consciente (Zawilslak, 1995).

De formação neoclássica, o jovem Schumpeter de 1912 tratou o funcionamento da economia baseado na noção de equilíbrio. Existiria um ponto de equilíbrio que, uma vez alcançado, não ofereceria razão, salvo a necessidade de adaptação às condições prevalentes em cada período do tempo, para que os agentes econômicos dele se desviassem. Neste sentido, um fluxo circular dominaria todas as relações na economia, tal qual no equilíbrio estático walrasiano. Este momento representaria o funcionamento “normal” - a rotina - da economia, a qual percorre “essencialmente pelos mesmos canais, ano após ano” (Schumpeter, 1912, p.45), de forma similar à circulação de sangue no organismo de um animal.

Porém, Schumpeter avançou naquilo que não podia ser explicado pelo sistema walrasiano: a existência da atividade individual de um empreendedor. Esta atividade especial levaria, justamente, ao rompimento do fluxo circular. A partir daí, Schumpeter (1912) iniciou sua incursão no complexo mundo da dinâmica do sistema econômico, utilizando como ponto de partida o sistema de equilíbrio walrasiano, mas completando-o em vez de negá-lo⁴. Para ele, a ação excepcional deste empreendedor, ou seja, um “empresário inovador”, levaria por intermédio de novos processos, novos produtos, novas fontes de recursos, novos mercados, dentre outros fatores, todo o sistema a uma nova rotina de funcionamento. Esta mudança de rotina caracterizaria, em suma, o desenvolvimento econômico.

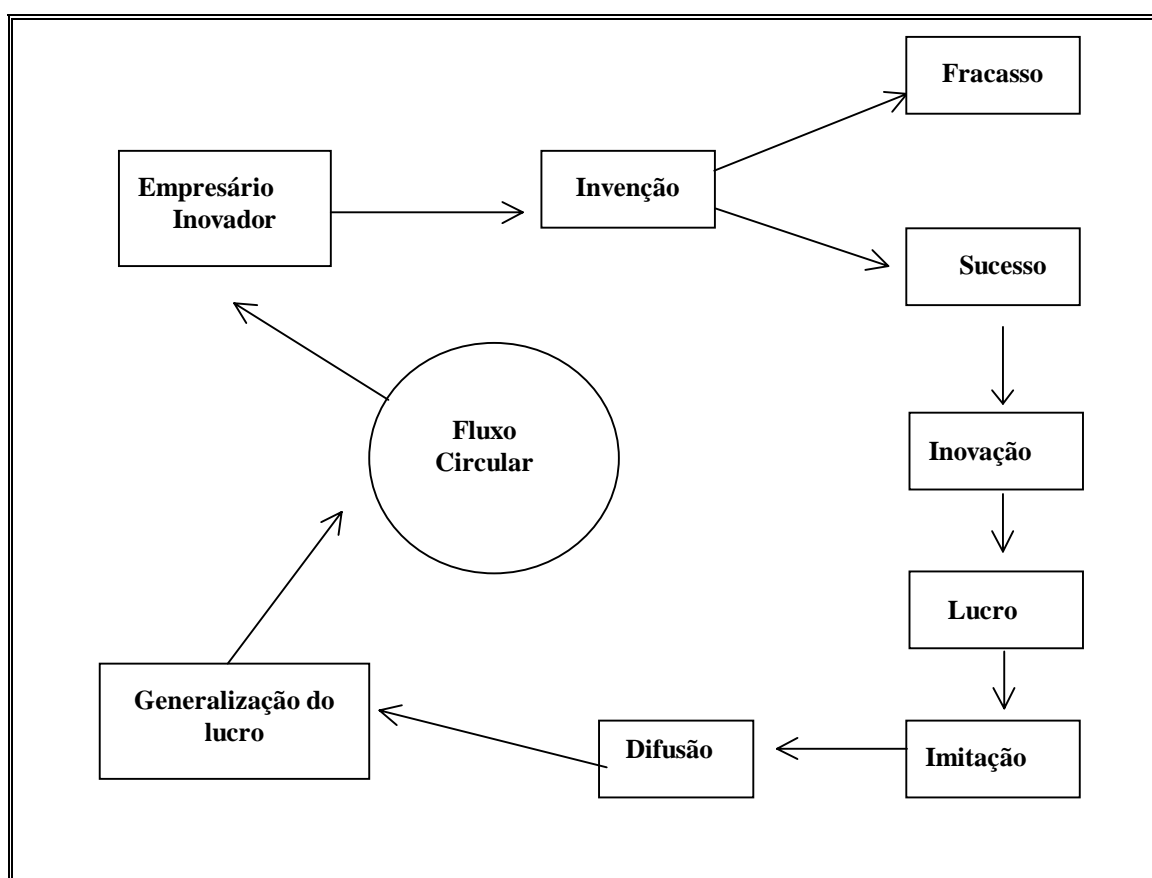
Para Schumpeter, o empresário inovador não seria, necessariamente, o proprietário dos meios de produção, nem possuiria como pré-requisito a posse dos recursos necessários para a realização dos investimentos na busca das novas combinações de insumos. Esta distinção entre as figuras do capitalista e do empresário inovador levou-o a dar especial importância à presença do crédito bancário, o qual teria a específica função de tornar esse agente com propriedades especiais em efetivamente

⁴Lima (1996, p.182) sugere que Schumpeter, ao elaborar sua teoria do desenvolvimento econômico, foi fortemente influenciado, pelo menos nesta primeira fase, pela análise walrasiana.

empreendedor. É a existência de um pacote de inovações tecnológicas que ainda não foram postas em prática e de linhas de crédito de longo prazo que possibilitam a transformação da moeda em novos métodos de produção e/ou em novos produtos, base da impulsão para o desenvolvimento econômico.

A figura a seguir representa os dois instantes do sistema econômico apresentados pelo jovem Schumpeter em 1912. O primeiro momento corresponde ao estado walrasiano estacionário (fluxo circular), enquanto o segundo é representado pela inovação e desenvolvimento que levam a um novo fluxo circular.

Figura 1: O modelo de fluxo circular e o empresário inovador



Fonte: Zawislak, 1995, p.27.

Com a introdução de uma inovação no sistema econômico, o empresário inovador obtém um lucro extraordinário, algo inédito para a rotina do sistema. A existência deste lucro, além de caracterizar a saída do fluxo circular, onde o lucro é zero, representa uma situação temporária. Ao sinalizar a existência de ganhos diferenciados, é

possível notar o deslocamento dos investimentos dos demais produtores na busca deste ganho obtido, até então, de forma inédita e exclusiva pelo empresário inovador.

Para internalizar o desenvolvimento econômico à rotina do sistema capitalista, a própria evolução do pensamento de Schumpeter necessitava a eliminação do empresário inovador. Este tipo especial de empresário, com suas características pessoais de criatividade e coragem, seria incapaz de assegurar a existência de um processo contínuo de busca e aplicação de novas soluções economicamente viáveis.

Ao realizar esta “eliminação” do empresário inovador, Schumpeter manteve a importância do investimento em novas combinações de fatores de produção como ingredientes básicos para o desenvolvimento econômico, sendo que o responsável deixa de ser o “empresário schumpeteriano”, para ser um conjunto de instituições impessoais, integradas e pragmáticas, que caracterizam o que se poderia denominar de uma “economia schumpeteriana”.

Nestas condições, o desenvolvimento econômico ultrapassa as fronteiras do eventual, para se tornar um processo dinâmico, evolutivo e, acima de tudo, destruidor. Segundo o próprio Schumpeter, passa haver um “processo de mutação industrial - se é que podemos usar esse termo biológico, que revoluciona a estrutura econômica a partir de dentro, **destruindo incessantemente o antigo e criando elementos novos. É dele que se constitui o capitalismo** e a ele deve se adaptar toda a empresa capitalista para sobreviver” (Schumpeter, 1942, pag.106 – grifos nossos).

Com isso, a organização da produção, a combinação de novos insumos e a busca constante por novos produtos passam a ser fundamentais para geração de desenvolvimento econômico. Estas seriam funções próprias não exclusivamente do empresário inovador, mas de uma rede de órgãos e instituições que seriam criadas com o objetivo principal de inserir no sistema econômico os incentivos necessários para que as empresas se lançassem continuamente na busca do novo, do desenvolvimento, não por decisões pessoais, mas por questão de sobrevivência. Neste momento, surge na visão schumpeteriana de desenvolvimento econômico um dos importantes papéis assumidos pelo Estado: a criação de órgãos e institutos que incentivem o investimento industrial ao

contribuir com a indústria privada na tarefa de planejar, estimular e promover de forma organizada o desenvolvimento econômico nacional.

3. O Governo Vargas sob a ótica schumpeteriana

Da análise apresentada na seção anterior, está implícita a existência de um “comandante”, um agente capaz de realizar com eficiência a tarefa de organização do sistema de produção e distribuição capitalista. Na primeira fase de Schumpeter (a “neoclássica”), esta figura é representada pelo empresário inovador. Porém, o próprio Schumpeter (1942) percebe as limitações deste modelo ao propor que a organização da produção, a busca de novos insumos e as combinações de novos fatores de produção devam ser assumidas por uma organização (ou por um conjunto delas) impessoal, racional e composta por agentes tecnicamente preparados para a execução de tais tarefas.

No Brasil, tudo sugere que Vargas – ou melhor, seu governo -, foi este “comandante” por assumir a responsabilidade pelo rompimento com o fluxo circular da renda e com a criação de diversos órgãos e institutos⁵ que no seu conjunto iriam formar o “Estado Inovador” responsável pelo desenvolvimento capitalista no Brasil.

3.1 A Ruptura de Vargas com o Fluxo Circular

A economia brasileira no início da década de 1930 passou por uma profunda crise que atingiu diretamente a renda gerada no setor cafeeiro, principal produto de exportação do Brasil, responsável por mais de 70% do valor gerado pelas exportações brasileiras no final dos anos 20 (Fonseca, 1989, p.150). Com esta importante participação na Renda Nacional, a dinâmica do setor cafeeiro determinava a própria dinâmica do conjunto da economia, até então baseada na produção e exportação de produtos agrícolas, cuja rotina de produção era passada de pai para filho, com quase total ausência de mudanças na forma de produção, estando a renda gerada neste setor a

⁵ Não se quer aqui negar a existência de instituições no período anterior a 1930, mas destacar que as instituições criadas no período Vargas representam claramente um compromisso com o desenvolvimento econômico. Para um trabalho que defende também a consciência da política industrializante implementada pelo governo neste período, com apoio nas teorias institucionalistas, veja: Fonseca (2003).

percorrer os mesmos canais, ano após ano, de forma semelhante à descrição de Schumpeter sobre o funcionamento de uma economia no seu fluxo circular, vale lembrar: walrasiano, estático e concorrencial.

Conforme Schumpeter, a ruptura deste fluxo circular estaria a cargo da atividade individual de um empreendedor, de um líder, que levaria por intermédio de sua intervenção a uma mudança nos canais pelos quais as relações econômicas se determinam, alterando as antigas relações e, o mesmo tempo, propondo o novo que, em suma, levaria ao desenvolvimento econômico.

A atuação de Vargas no combate à crise do setor cafeeiro no início da década de 1930, ao não ficar restrita à adoção de uma política econômica voltada à proteção da renda do setor cafeeiro, pode ser analisada como uma saída do fluxo circular baseado na renda do café, em direção da implementação de um projeto desenvolvimentista industrializante. O governo, ao seguir a antiga fórmula de buscar empréstimos externos para financiar o excedente da produção de café, até por sua impossibilidade diante da crise, voltou-se à implantação de um conjunto de políticas que já sinalizava para a ruptura com este modelo. Em termos gerais, a atuação do governo federal pode ser sintetizada pela adoção de câmbio desvalorizado que mantinha, no curto prazo, certa estabilidade na renda nominal dos cafeicultores, pela taxaço das exportações de café em 20% (pagas em espécie) e pela criação de um imposto de mil réis, cobrado sobre cada novo cafeeiro plantado no estado de São Paulo (Peláez, 1972). Enfim, uma política econômica que garantia a sustentação da renda nacional interna e, no longo prazo, desestimulava o aumento da oferta de café, reduzindo o hiato entre produção e consumo.

Embora sustentasse o nível das exportações no curto prazo, o governo, ao realizar tal política de desestímulo à produção cafeeira no longo prazo, afastava-se dos interesses da cafeicultura, aproximando-se de outros grupos sociais (membros da classe média urbana, tenentes e até mesmo de setores da burguesia agrária não-exportadora), passando a costurar um projeto desenvolvimentista industrializante. A existência deste projeto, que passa a buscar o desenvolvimento do país não mais numa base agroexportadora, mas na construção de uma indústria nacional voltada ao mercado doméstico, caracteriza a ruptura com o antigo fluxo circular. Em certo sentido, é a

ruptura que a economia brasileira faz com o modelo de concorrência inicial mencionado por Schumpeter, por exemplo, abandonando o estático e entrando no complicado mundo da economia industrial dinâmica, oligopolizada e constantemente recriadora, enfim, capitalista.

3.2 A Construção do “Estado Inovador”

A evolução do pensamento schumpeteriano baseado no investimento em novas formas de produção como ingrediente básico para o desenvolvimento econômico transfere a atenção central na figura pessoal do empresário inovador para um conjunto de instituições e órgãos com características impessoais, integradas e pragmáticas capazes de sustentar a dinâmica de desenvolvimento econômico requerida pelo sistema capitalista. Ao fazer isto, Schumpeter evoluiu de um conceito de desenvolvimento caracterizado pela eventualidade, pelo acaso e, de certa forma, exógeno ao sistema capitalista, para um desenvolvimento tratado como um fenômeno interno, endógeno ao sistema, agora baseado em instituições que possam garantir a existência de desenvolvimento como sendo rotina e não exceção ao fluxo da renda.

Para que isto pudesse ser concretizado no Brasil dos anos 30, dada a ausência de capacidade empresarial habilitada e disposta a pôr em prática um conjunto de mudanças de vulto, o Estado Nacional assumiu a responsabilidade de formar, dentro do sistema existente, não só uma rede de órgãos com o objetivo de acelerar o desenvolvimento econômico brasileiro, mas inclusive tentando transformar-se num Estado empresário, inovador e, em menor intensidade, banqueiro. Isto não significa que o Estado tenha em si substituído o empresário, nem que a classe empresarial tenha sido passiva, mas que sua atuação, ao criar instituições e tomar a si a responsabilidade crescente pelas decisões econômicas, foi fundamental para a mudança de rumo que a economia brasileira conheceu a partir de 1930 (Fonseca, 2003, p.135). Neste sentido, registra-se também trabalho de Leopoldi (2000), o qual resgata a importância das organizações empresariais e sua influência nas decisões governamentais deste período.

Assim, o governo de Vargas logo percebeu a necessidade de transformação nas ações estatais, entendendo que a ampliação da complexidade das relações econômicas

necessitava a presença no Estado de uma função coordenadora, como fica claro na passagem abaixo:

“Na época em que os fins sociais são preponderantemente econômicos, em que se organiza de maneira científica a produção e o pragmatismo industrial é elevado a limites extremos, assinala-se a função do Estado, antes, e acima de tudo, como elemento coordenador desses múltiplos esforços, devendo sofrer, por isso, modificações decisivas” (Vargas, 1938, v.1, p. 192).

A partir deste momento, o governo de Vargas passou a investir na modernização da economia brasileira, via revisão das legislações que regiam tanto as relações sociais como as econômicas e, na criação de novos órgãos que tinham por objetivo planejar e concretizar as políticas públicas de planejamento da produção e distribuição. Agindo assim, criavam-se as tão necessárias instituições que “azeitariam” as engrenagens sociais para o desenvolvimento econômico do Brasil, de tal forma que, dado o impulso inicial, o próprio funcionamento destas instituições contribuiria para construção de um processo contínuo de desenvolvimento, separando a figura pessoal de Vargas, bem como de seu governo, do processo nacional desenvolvimentista. Em outras palavras, substituiu-se o “comandante” por instituições, evitando-se que a própria perda do líder pudesse ser motivo para estancar todo o processo de desenvolvimento.

É claro que, se por um lado as ações do governo na economia assumiam uma forte dose de antiliberalismo, por outro lado, principalmente na década de 1930, este intervencionismo estatal procurava justificar-se perante a sociedade pela busca de eficiência e pela promessa de relações impessoais entre governo e sociedade. Eficiência, porque a criação de novas instituições possibilitaria o planejamento econômico, a adoção de critérios científicos na tomada de decisões e no aperfeiçoamento das técnicas gerenciais, contribuindo para eliminar o uso de soluções políticas, falcaturas, promessas demagógicas das eleições e o coronelismo no meio rural. Impessoalidade, pois se tratava de pensar um Estado integrado, centralizado em órgãos nacionais, com objetivos acima das questões eleitorais e partidárias, sempre que possível livre das influências dos líderes locais e, preocupado com a organização do governo de forma a garantir o cumprimento das metas de desenvolvimento do país. Não resta dúvida de que este processo de

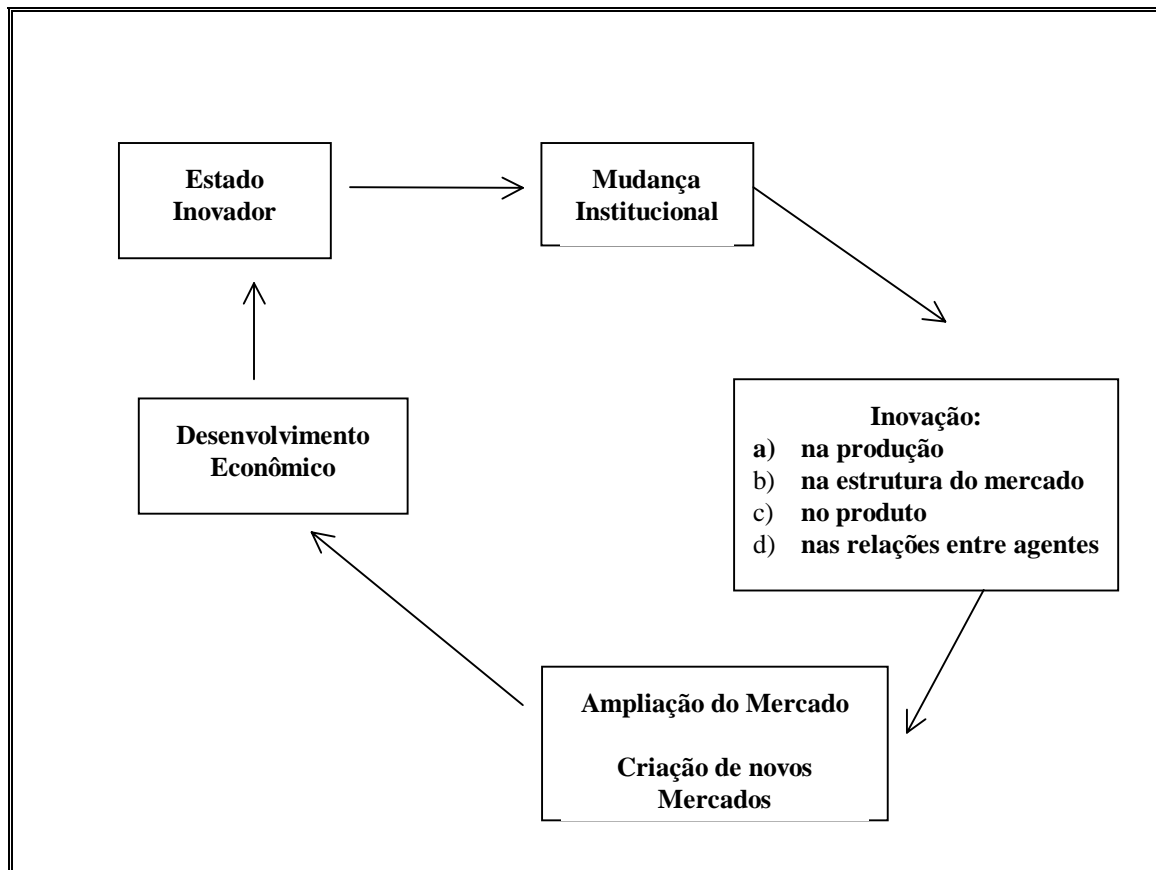
mudança só foi possível politicamente com forte autoritarismo. Mais tarde, já ao final do Estado Novo, a retórica populista, propondo melhor distribuição de renda e com apelos nacionalistas, também podem ser associadas à busca de coesão às ações de intervenção governamental em prol do desenvolvimento econômico.

Como exemplo, entre 1930 a 1937, foram criados os seguintes órgãos ligados a um projeto de desenvolvimento industrial: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930; o Departamento Nacional do Trabalho, em 1931; o Conselho Federal do Comércio Exterior, em 1934; o Plano Geral de Viação Nacional e a Comissão de Similares, em 1934; e o Conselho Técnico de Economia e Finanças, em 1937, todos eles com a função de pensar a organização e o desenvolvimento da indústria nacional.

O processo de inovação estaria a cargo de instituições formadas por técnicos capacitados a desenvolverem atividades que levassem a descobertas de novas formas de combinação de insumos, ao aperfeiçoamento das técnicas de produção, a racionalização do processo produtivo e a uma distribuição eficiente do produto no mercado interno brasileiro. Para isto, foram criados diversos institutos e órgãos de pesquisa e empresas: entre 1930 e 1936 foram criados o Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil, a Estação Experimental de Combustível e Minérios, o Instituto de Química, o Instituto Biológico Federal, o Laboratório Central e Indústria Mineral e, posteriormente, o Instituto Nacional do Sal (1940), Conselho Nacional do Petróleo (1938), Fábrica Nacional de Motores (1940), Conselho Nacional de Ferrovias (1941), Usina Siderúrgica de Volta Redonda (1943) e do Conselho Nacional de política Industrial (1944) e a Comissão de Planejamento Econômico (1944).

A preocupação de Vargas em coordenar os diversos setores produtivos da economia brasileira, interligando-os, vai na direção de instaurar e consolidar novo processo de acumulação, afastando-se do monótono mundo do fluxo circular walrasiano e aproximando-se do mundo dinâmico evolutivo que, conforme Schumpeter (1942), revoluciona constantemente a estrutura econômica a partir de dentro, constituindo-se na essência do capitalismo. A Figura 2 apresenta o funcionamento deste “estado inovador” que rompe com o fluxo circular.

Figura 2: O modelo do estado inovador



Esta ação do governo voltada a organizar e a desenvolver a economia brasileira não esqueceu a questão do crédito bancário. A ação do Estado inovador (em substituição ao empresário inovador) apresenta-se importante não somente por promover a aplicação de novas técnicas de produção ou por promover o aparecimento de novos setores industriais, o que resulta em novas oportunidades de investimento e de ganho, mas também em possibilitar o acesso das iniciativas de investimento privadas ao capital necessário para a concretização da intenção de investir. Já antes de assumir a Presidência da República, Vargas afirmava que o “desenvolvimento econômico deve ter por objetivo tornar a riqueza abundante”, e que se “o dinheiro metálico é a medida dos valores, ele, no conceito corrente dos economistas, pela escassez de seu volume (...) já não satisfaz à exigência do progresso econômico”. Assim, por “imposição da própria necessidade, surgiu um elemento imaterial destinado a atingir os limites da flexibilidade, que é o crédito” (Correio do Povo, 03/12/1927).

Após 1930, essa consciência sobre o papel do crédito materializou-se com a criação, em 1937, a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, que concedia empréstimo a juros baixos para aquisição de máquinas e equipamentos. Não se trata ainda de um banco de desenvolvimento, tal qual Hirschman considera, junto com a criação de empresas estatais, como instrumento de ação direta necessário para caracterizar uma política deliberada de desenvolvimento (Apud Suzigan, 2000, p. 41), mas não deixa de ser um embrião de uma nova relação entre o Estado e o empresariado nacional, já que institucionaliza o crédito em uma carteira específica, teoricamente seletiva por critérios técnicos, diferente da forma pessoal com que se concedia crédito até então (Fonseca, 1989, p. 261).

4. Considerações Finais

Este artigo lançou mão de uma abordagem inspirada em Schumpeter para analisar o período correspondente ao 1º governo de Getúlio Vargas sob. Assim, procurou-se mostrar que, ao contrário do que é defendido por alguns autores, o processo de industrialização brasileira neste período não pode ser considerado como mero “subproduto” da defesa da economia cafeeira, mas como fazendo parte de um plano consciente de ruptura com o passado agroexportador, preparando a estrutura produtiva brasileira para se inserir em novo contexto que se configurara com as profundas transformações na economia internacional.

Pode-se aproximar a ação do governo Vargas entre 1930 a 1945 com a evolução do pensamento schumpeteriano: primeiro rompendo com o fluxo circular da renda, por meio da ação pessoal de um líder ou de um governo, para depois construir um sistema impessoal, racional e endógeno responsável pela condução da economia no processo de desenvolvimento. Através desta metodologia, em que variáveis institucionais são incorporadas para se entender o desenvolvimento industrial, considera-se plausível a hipótese de desenvolvimento consciente e intencional para explicar as atitudes e ações do governo brasileiro no período analisado. Afinal, dificilmente criam-se instituições, principalmente com a envergadura das que emergiram neste período, sem uma atitude determinada e consciência de propósitos.

Referências Bibliográficas

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 03/12/1927.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante no Brasil na década de 1930. **Revista de Economia Política**, vol. 23, n.1, jan.março 2003, p.133-148.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 15 ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e Interesses na Industrialização Brasileira; as Associações Industriais, a Política Econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LIMA, Gilberto Tadeu. Development, Technological Change and Innovation: Schumpeter and the Neo-Schumpeterians. **Revista Brasileira de Economia**, vol. 50, n. 2, abril/junho 1996, p. 179-204.

PELÁEZ, Carlos Manuel. **História da Industrialização Brasileira**. Rio de Janeiro, APEC, 1972.

PELÁEZ, Carlos Manuel. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Atlas, 1979.

SCHUMPETER, Joseph. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico** (1912). São Paulo: Ed. Abril, 1982.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalism, Socialism and Democracy**. London: Geroge Allen and Unwin, 1942.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 3ª ed. Porto Alegre: Editora Atlas, 1997.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938-1947, 11v.

VILLELA, Annibal; SUZIGAN, Wilson. **Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

ZAWISLAK, Paulo A. **Inovação Tecnológica e Teoria Econômica**, PPGA-UFRGS, 1995, mimeo.